



Os desaparecidos: limites e expansões da representação

Leticia Glocer Fiorini*, Buenos Aires

O objetivo deste trabalho é analisar os efeitos psíquicos da violência de Estado na Argentina (1976-1982), 32 anos depois. Minha intenção é focalizar em um ponto específico: a desapareição de pessoas como consequência de um plano sistemático de extermínio para gerar o terror massivo. Para isso, centro minhas reflexões no estabelecimento e circulação do significante lingüístico desaparecidos. Trata-se de um significante que remete: a) a fatos terroríficos e sinistros que configuram uma experiência em que indivíduos são eliminados violentamente de uma forma que anula qualquer possibilidade de conhecer seu destino. b) a múltiplas significações (seqüestros, torturas, campos de concentração, vôos da morte). c) mas também a confrontação com um vazio, da ordem do irrepresentável para o psiquismo, que impossibilita um trabalho de luto. Para analisar esses três níveis coexistentes, considere a problemática da representação em relação com fatos paradigmáticos como o Shoah e considere sua pertinência para o tema dos desaparecidos. Neste marco, abordo a questão da representação e do irrepresentável ou dificilmente representável, com o objetivo de estabelecer pontes entre a metapsicologia e as experiências traumáticas massivas. Quer dizer, quais são os limites da representação, quando as possibilidades de inscrição psíquica estão excedidas.

Descritores: Desaparecidos. O irrepresentável. Violência de Estado. Trauma psíquico massivo. Shoah. O sobrevivente. Historizações. Construções. "Imaginação criadora".

* Psicanalista Membro da Associação Psicanalítica Argentina.

Introdução

O genocídio é a aniquilação absoluta do outro, puro exercício de poder.

Há diversas portas de entrada para refletir sobre os genocídios e o trauma social massivo. Nesse caso, minha intenção é focar os efeitos psíquicos do plano sistemático de desaparecimento de pessoas durante a ditadura militar na Argentina (1976-1982). Para isso, será necessário fazer um breve recorrido histórico que permita situar em um contexto suas conseqüências psíquicas, recentes e tardias, bem como suas eventuais possibilidades de recuperação.

Trinta anos depois, seus efeitos podem ser comprovados tanto nas famílias de pessoas desaparecidas quanto nos filhos que foram seqüestrados ao nascer, alguns dos quais recuperados logo. Os psicanalistas que viveram esse período da história não estão excluídos de tais efeitos traumáticos. Mas, além desses, há outros efeitos insidiosos, sutis, que se infiltram na mente de sucessivas gerações.

Certamente, esses fatos estão conectados com os genocídios e assassinatos massivos ocorridos no século XX, que não podem ser considerados superados e tampouco relegados ao passado. A Shoah (paradigma no século XX da eliminação sistemática, tecnológica e burocrática de um povo), o genocídio armênio, as matanças entre hutus e wichis, bem como na ex-Iugoslávia, Hiroshima, guerras étnicas e religiosas, Afeganistão, Iraque, atentados terroristas como os do 11/9, todos requerem interpretações discriminadas e diferenciais, mas têm em comum os fenômenos de violência massiva executada pela mão do homem. Nesse sentido, gostaria de enfatizar o risco das analogias apressadas, mas, também, a necessidade de buscar fios condutores.

Minha proposta é focar um ponto, a meu ver, específico: as conseqüências psíquicas do estabelecimento e circulação do significante *desaparecidos* nos sobreviventes da ditadura militar na Argentina. Seu estatuto de inscrição psíquica é, por sua vez, complexo e incompleto.

Para isso, tomei a problemática da representação em relação a fatos paradigmáticos como o Shoah e considerei sua pertinência para o tema dos *desaparecidos*. Nesse ponto de vista, abordo a questão da representação e do não-representável ou dificilmente representável com o objetivo de estabelecer pontes entre a metapsicologia e as experiências traumáticas massivas.

Vou me referir ao problema dos limites da representação quando as possibilidades de inscrição psíquica estão excedidas – por um lado, pela magnitude dos fatos ocorridos, pelo medo e pelo terror implicados e, por outro, porque o método de desaparecimento forçado de pessoas planejado pelo Estado deixou os



familiares sem possibilidades de realizar um trabalho de luto frente à impossibilidade real de saber se a pessoa estava viva ou morta.

O questionamento proposto é até onde é possível representar o sem sentido, o excluído, o não-pensável, o indizível. Isso supõe refletir sobre os limites do campo representacional, mas também sobre as possibilidades e formas de expansão do mesmo. Em conseqüência, implica a necessidade de pensar metapsicologicamente os eventuais processos de recuperação e, mais ainda, de produção de novas representações no plano psíquico, que, apesar de necessitarem do luto tramitado, não são homologáveis a ele. Em nossa trajetória, enfrentamos também a necessidade de levar em conta parâmetros inter e transsubjetivos.

A questão específica das possibilidades de representação frente a fatos de violência massiva e extrema foi tratada, por diversos autores, em relação aos campos de concentração do nazismo e nos permitirá traçar relações e diferenças. Nesse sentido, há uma questão ética em jogo: se esses fatos entram ou não na categoria do humano. Remetem, também, ao que Primo Levi (1958) denominou *zona cinzenta*, na qual um sujeito fica absolutamente envolvido na barbárie com uma abolição de considerações éticas a respeito. A essência desse trabalho é que estamos frente a um modelo emblemático de um ataque ao humano que provém, paradoxalmente, do humano.

Breve recorrido pelos acontecimentos

Trata-se de uma história em parte distante, mas com uma poderosa presença atual. A ditadura militar na Argentina executou, com precisão, um plano sistemático de desaparecimento de pessoas. Alguns eram guerrilheiros, outros eram militantes políticos ou sociais, e outros foram perseguidos apenas por serem familiares, amigos ou conhecidos daqueles. É necessário considerar, também, que o fato de o atacante ter sido o próprio Estado tirou dos perseguidos e da sociedade qualquer possibilidade de uma instância de sustentação e proteção fundamental à qual recorrer.

Isso gerou um estado de terror que atingiu a sociedade em geral, frente ao qual alguns recorreram ao desmentido, outros se identificaram com o *Processo Militar* que, supostamente, vinha propor a ordem na sociedade, outros se exilaram e outros tiveram que conviver com o terror. Nesse contexto, surgiram grupos como as Mães da Praça de Maio, reclamando por seus filhos desaparecidos. Isso nos indica que o processamento desses fatos traumáticos não pode ter sido o

mesmo para esses diferentes grupos. Isso é, as conseqüências não podem ser universalizadas.

Por outro lado, os fatos ocorridos não terminaram. Não se trata de um passado terminado, já que o método de desaparecimento de pessoas foi somado ao seqüestro dos recém-nascidos de grávidas detidas e, logo, desaparecidas. Esses bebês não foram entregues às suas famílias biológicas, sendo que muitos deles foram tomados pelos próprios repressores e, inclusive, pelos torturadores de suas mães. Isso gerou um processo ativo de busca dessas crianças por parte das Avós da Praça de Maio. A isso acrescentou-se a busca que os jovens, atualmente com mais de 20 anos, que suspeitam ter sido adotados nessa época, iniciaram. Os julgamentos dos repressores, retomados na atualidade, reativaram os efeitos psíquicos desses acontecimentos.

Autores argentinos, latino-americanos e de outras latitudes enfocaram a problemática da violência de Estado e suas conseqüências (Pelento; Braun; Vignar; Puget; Ricón; Galli; Kaës; Amati-Sas; Ulriksen-Viñar apud Puget; Kaës, 1991).

A representação e o não-representável. O significante *desaparecidos*

A problemática da representação concerne tanto à subjetividade individual quanto à dinâmica social. Destacamos que se trata de uma questão que está ligada à crise da representação própria da modernidade. Os limites da representação, assim como as capacidades individuais e grupais de avançar sobre esses limites, de avançar sobre o real, são essenciais para a elaboração dos fatos relatados.

Minha proposta é cruzar a experiência dos *desaparecidos* na Argentina e a dos campos de extermínio nazistas como um fio condutor. Além disso, tomo o modelo da Shoah e dos campos de extermínio nazistas do ponto de vista da problemática da representação, com o intuito de vinculá-los com o extermínio planejado pelo Estado argentino que foi nomeado com o significante *desaparecidos*. Isso não implica deixar de considerar suas diferenças: há continuidades e descontinuidades entre Auschwitz e outros genocídios ocorridos nos séculos XX e XXI.

Nesse recorrido, faz-se necessário um trabalho interdisciplinar, já que a psicanálise por si só não pode abranger totalmente as significações desses fatos.

Houve numerosos estudos e testemunhos por parte de diferentes disciplinas (filosofia, sociologia, ciências políticas, psicologia e psicanálise) sobre os campos de concentração nazistas (Bettelheim, 1943; P. Levi, 1958; Agamben, 1999; Améry, 2001; entre outros). A aniquilação em escala industrial e a burocracia que



a sustentava transformam o Shoah em um acontecimento único e radical do século XX, específico e paradigmático. E um dos problemas centrais apresentados é a impossibilidade ou dificuldade extrema de acessar uma representação desses fatos e experiências. Primo Levi (1958) afirmava que a verdade última da experiência de Auschwitz não poderá ser conhecida: “Quem viu a Górgona não voltou para contar” (p. 542). Sustentou que os verdadeiros registros não são os dos sobreviventes, referindo-se ao intransmissível da experiência final pela qual as vítimas passaram. Agamben (1999) enfatizou também que o testemunho é irreduzível aos fatos, que sempre há verdades excluídas, é o que fica como intestemunhável. *A escrita ou a vida*, de Semprún (1995), mostra-nos esse dilema, impossível de ser resolvido em sua totalidade. Justamente, a questão da escrita remete-nos ao campo da representação psíquica e do que resta como não-representável. Por sua vez, Hassoun (1998) afirma que escrever a história é um caminho para subjetivar o que remete ao aterrador.

Jean Luc Nancy (2003) referiu-se à representação proibida com relação aos campos de extermínio nazistas. Para esse autor, os campos foram um projeto de supra-representação da raça ariana, em uma tentativa de transformar as vítimas em um resto não-representável. A figura do *muçulmano*, assim chamado por seus companheiros de cativeiro nos campos, é paradigmática. Nesses mortos-vivos, em posição de oração, não-homens, dessubjetivados e já entregues, manifesta-se essa tentativa de exclusão do campo representacional.

Como disse, a esse *além do humano* e, por sua vez, intrinsecamente humano, tratamos de nos aproximar a partir do ponto de vista da representação.

Na Argentina da ditadura militar, o significante *desaparecidos* é uma marca e, do ponto de vista psíquico, tem uma especificidade paradoxal. Por um lado, remete a uma série de significações (tortura, vexames, vôos da morte, campos de concentração) conectadas com o desaparecimento forçado de pessoas; por outro, àquilo que resiste à significação, a uma representação psíquica impossível. Há uma zona de vazio psíquico na qual o real excede as possibilidades de representação – alude ao impensável, além das palavras. Há um nome, *desaparecido*, sem corpo nem destino, um *vazio de discurso*. E isso cria enormes dificuldades quanto a suas possibilidades de inscrição psíquica. *Estes dois planos contrários, significações e vazio psíquico, coexistem sem se anularem mutuamente*.

Em consequência, o termo *desaparecidos* é polissêmico, é tanto um significante como uma alusão a significações sinistras e, por sua vez, remete a um vazio de representações. Também, e fundamentalmente, é uma experiência que faz desaparecerem as condições da representação. Nesse contexto, o silêncio

é parte do efeito do acontecimento. A relação entre esses planos implica tanto a metapsicologia quanto o trabalho clínico.

Hausson (1998) nos lembra que G. Steiner afirmava que usar um idioma para conceber, organizar e justificar os campos de concentração implicava que parte da mentira e do sadismo seriam introduzidos na medula da linguagem alemã. No caso dos *desaparecidos*, fica aberta esta interpretação: os *desaparecidos* estão incluídos na língua e no mais íntimo da fala da comunidade argentina.

O ex-general Videla, cabeça da ditadura militar, afirmou publicamente durante seu mandato: “O desaparecido não existe, não está, não é uma entidade”. A banalidade desta frase para se referir ao horror remete-nos à banalidade do mal, parafraseando Hannah Arendt (1963). Nem vivo nem morto, não está, não se sabe o que foi feito dessa pessoa, de seu destino. Sua categoria é inexistente. Nem vivo nem morto, status indeterminado, fonte de uma profunda alienação. Trata-se, então, de uma denominação, de um nome, para o que não pode ser nomeado, uma categoria paradoxal. É uma metáfora de um sujeito que não tem *entidade*, que conota o horror de um destino ominoso que não pode ser abarcado com palavras. O não-representado, através de uma tentativa de representação, se condensa em uma palavra: *desaparecido*. É ausência de uma presença, mas também presença de uma ausência. Nesse contexto, o termo *desaparecidos* carece de projeção simbólica e retorna sobre si mesmo, ou seja, sobre a ausência de representação.

Ao ser efeito de um planejamento sistemático para gerar o terror, diferenciam-se dos desaparecidos em acidentes naturais ou em guerras sob a forma de conseqüências não-desejadas. O projeto de não deixar rastros nem sepulturas supunha uma tentativa de provocar uma evanescência do sujeito. A frase *não existe, não tem entidade* é parte de um discurso que mostra a dificuldade ou impossibilidade, para os sobreviventes, de simbolizar o que está contido nesses termos. Assim, o *desaparecido* passa a fazer parte de uma tentativa de exclusão radical, psíquica e social, impossível de ser nomeada como morte. Como destaca Schmucler (1996), “trata-se de não permitir a morte do outro” (p. 9). Nesse sentido, faz-se necessário distinguir entre a experiência da morte em oposição ao desaparecimento forçado de pessoas, entre o respeito e a dignidade da morte em oposição à falta de sepultura, tal como no enfrentamento entre Antígona e Creonte.

Nessas situações, os afetos (terror, angústia massiva) inundam o aparelho psíquico, mas não encontram conexão com representações ou sua conexão é frágil e insuficiente. Ao não ter *tradução* para outros sistemas psíquicos, torna-se extremamente difícil processar a perda e iniciar um trabalho de luto. O vazio de sentido e a desesperança invadem a subjetividade e os corpos também ficam envolvidos. Braun e Pelento (1991) destacam que se trata de *lutos especiais*,



diferentes dos comuns. Neles, a pulsão de saber cresceu e ocupou o lugar do exame de realidade obstruído. O método utilizado foi um ataque à mente e ao pensamento.

Em suma, está envolvido todo o tema da representação; o que fica fora de uma inscrição possível, o que pode ser historicizado e o que é passível de ser construído através de novas representações.

O *desaparecido* tem sua contraparte: o *sobrevivente*. Tomo o conceito de sobrevivente desde vários pontos de vista: 1) o que sobrevive a fatos traumáticos, violentos, submetido às mesmas situações que para outros significaram o desaparecimento e a morte; 2) o fato de que, no tecido social, todos são sobreviventes de acontecimentos traumáticos massivos, ainda que indiretamente e 3) finalmente, o que todo sujeito sobrevive a seus lutos e traumas pessoais. Esses planos se interligam em uma análise.

O sobrevivente enfrenta a problemática da representação em suas tentativas de saber, nas dificuldades de iniciar um trabalho de luto, assim como de relançar um projeto vital próprio. O sobrevivente mobiliza recursos psíquicos ligados à autoconservação e sustentados em correntes narcisistas necessárias (Benslama, 2006). É testemunha e participante ao mesmo tempo. Nesse sentido, pacientes e analistas são sobreviventes. E, em um sentido amplo, tudo o que integra a trama social o é, ainda que por omissão ou desmentido.

Por outro lado, o *desaparecido* também faz parte da fantasmática dos repressores, de sua ideologia e de seus desejos políticos. Para eles, é o outro que deve ser destruído e aniquilado sem que fiquem rastros. Mas o desaparecido sobrevive no sobrevivente, é parte do psiquismo de cada um. A parte *desaparecida* em cada um dos sobreviventes, e em gerações posteriores, pulsa repetitivamente. O indizível, que em algum lugar insiste em dizer-se, tem efeitos transgeracionais. Sua permanência pode ser uma expressão de rebelião ou de submissão frente ao poder-domínio de um outro cruel e violento. Mas também é um sinal da memória em uma tentativa de dar corpo, presença e nome ao *desaparecido*.

No plano psicanalítico, defrontamo-nos com o hiato insuperável entre a experiência vivida e seu processamento psíquico, entre os testemunhos em jogo e sua transmissão, bem como com as possibilidades e dificuldades da compreensão de fatos-limite.

Confrontam-nos, também, com as teorias e interpretações sobre essas experiências e testemunhos. Benslama (2006) enfatiza a impossibilidade de penetrar-se empaticamente com as vítimas em certas experiências-limite. Por exemplo, mostra o obstáculo na transmissão da experiência nos campos de concentração. Diz o autor: que relação há entre “o que suporta a prova, o que a

escreve e dá testemunho e o que tenta passá-la a partir do testemunho? [...] Pode-se supor que circula sem perdas?” (p. 250).

Nesse sentido, gostaria de lembrar o único testemunho completo que existe de um sobrevivente dos *Sonderkommandos* do campo de concentração de Auschwitz-Birkenau (Venezia, 2007), no qual evoca os aspectos mais macabros de sua *arefa* nos crematórios. Nessa tentativa, rompe-se parcialmente a barreira do não-transmissível e seus limites são deslocados para mais adiante.

Justamente, o trabalho analítico é um permanente contornar o acontecimento, como forma de aproximar-se da experiência sofrida e gerar significações, mesmo sabendo que sempre fica um resto sem simbolizar, heterogêneo ao psiquismo. Mas esse resto não é fixo nem estático, sendo que seus limites são porosos, de tal modo que pode haver aproximações a esse real traumático, tais como construções, narrativas e historicizações, com o que o denominado não-representável pode ser tangenciado ou alcançado. Portanto, esse resto convoca a um trabalho permanente de recuperação e criação simbólica que implicam a tentativa de perfurar o limite entre o representável e o não-representável como forma de subjetivar a experiência.

Décadas depois

Décadas depois, estamos frente a conseqüências tardias que parasitam o psiquismo com fortes efeitos na subjetividade. O significativo *desaparecidos*, expressão ineludível de uma experiência, continua exercendo seus efeitos psíquicos.

É importante esclarecer que o problema da representação estudado com relação aos campos de extermínio nazistas se refere à representação desde um ponto de vista filosófico e, especialmente, à representação consciente. A psicanálise contribui com outros planos, ao considerar diferentes níveis de inscrição psíquica: marca mnemônica perceptual, representação de coisa inconsciente e representação de palavra (Freud, 1915). A isso agregam-se os afetos em jogo e o trabalho pulsional em geral. Isso torna complexo o problema da representação pelos diversos planos que devem ser levados em conta, cuja qualidade é diferente. Está em jogo o problema da transcrição entre esses planos.

O desaparecimento forçado de pessoas implica, para os sobreviventes, estar submetidos a um afluxo excessivo de estímulos que não chegam a se constituir em representações de coisa, passíveis de serem elaboradas secundariamente. Não há, a princípio, processos de ligação nem a possibilidade de inscrever,



psiquicamente essa irrupção do real na realidade psíquica. A palavra está vedada nesses casos, e isso provoca efeitos de dessubjetivação.

Há marcas que não podem ser historicizadas, que não entram na dialética da representação e que não contribuem para o trabalho de luto. Trata-se de acontecimento não-subjetivado, atemporal, em plena compulsão da repetição. Esses elementos são importantes para analisar a clínica do fracasso do trabalho de luto, das historicizações, da memória, levando em conta a singularidade de cada caso.

Green (2000) destaca que a segunda tópica freudiana surge frente aos fracassos e limites da representação. As pulsões de morte fazem aparecer, de modo radical, o problema do irrepresentável, isso é, o que excede toda forma de representação e que, por sua vez, ataca o próprio processo de representação. Destaca que a representação não está assegurada, é só um resultado possível. Esse modelo busca dar conta do fracasso da palavra, da representação, da interpretação frente à pulsão, à compulsão repetitiva mortífera. Aqui, o paradigma é o ato.

Situação 1: Um dia, um paciente chega comovido à sua sessão porque viu, em um jornal, a foto de um casal amigo desaparecido durante a ditadura. A relação tinha sido muito importante, mas tinha ficado sepultada no passado. Esse aparecimento imprevisto e súbito da imagem, décadas depois, e sem preparação prévia, provoca um impacto angustiante e grande desassossego. A percepção da imagem atravessou-o passivamente, e o efeito visual gerou um efeito ominoso. Pelo olhar dos outros, a partir da imagem fotográfica, surgida abruptamente frente a ele, o familiar retornou do exterior como algo não-familiar, da ordem do sinistro. O enfrentamento com a imagem desencadeou um estado de angústia difusa, mas, por sua vez, foi o ponto de partida para um trabalho de busca de representações sobre um acontecimento que tinha sido desmentido até esse momento. O paciente estava de posse de um saber sobre o destino desses amigos, mas era um saber não-sabido, que começa a transitar em direção a uma verdade para o próprio sujeito. Nesse caso, essa verdade assentou-se em uma transição entre a visão da imagem dos corpos e a palavra.

Como afirmei, os psicanalistas tampouco foram excluídos dos efeitos da violência na Argentina, efeitos próximos e tardios. Houve analistas desaparecidos, outros exilados, e outros tiveram que trabalhar com a ameaça sempre real de sofrer esse destino.

Trata-se, também, do lugar do psicanalista no interior dos acontecimentos, em uma sociedade infiltrada pela ameaça e o terror. Os analistas foram testemunhas diretas e indiretas, e também parte dessa história. Foram atravessados tanto por

experiências pessoais como dos pacientes, e também por experiências indiretas de transmissão oral e escrita. Isso implicou um processo de elaboração cuja produção não cessa até a atualidade. Por isso, subjetivar a experiência em sessão é um trabalho entre duas subjetividades, no mínimo. Analista e paciente são testemunhas e parte de uma cadeia de transmissão na qual os questionamentos vão sendo substituídos em deslizamentos sintagmáticos na busca por representações.

Situação 2: Um analista relata, em sua própria análise, décadas depois da ditadura, que um dia uma paciente chegou à sessão, em plena ditadura militar, e comunicou-lhe, quase sem prólogo, que passou a fazer parte de uma organização guerrilheira. A jovem, estudante e empregada, freqüentava a análise três vezes por semana. Nunca houve dados prévios com relação a essa decisão, nem mesmo comentários sobre seus interesses políticos ou ideológicos. Sua análise transcorria sobre problemáticas pessoais, familiares e de casal, e parecia uma pessoa totalmente alienada de questões políticas ou ideológicas. Na sessão seguinte, despediu-se anunciando que ia deixar seu tratamento por questões de segurança, para proteger seu analista dos riscos que podiam surgir se continuasse indo às sessões. O analista nunca soube qual foi o destino ulterior de sua paciente, se morreu em algum enfrentamento com forças de segurança, se foi *desaparecida* ou se conseguiu se salvar e está viva. O impacto da revelação, o não ter podido detectar fenômenos eventuais de resistência nem da poderosa excisão revelada em acting e a falta de certezas sobre seu destino foram questionamentos, objeto de posteriores elaborações. No imaginário desse analista, sua própria paciente passou a figurar na categoria dos *desaparecidos*. Por sua vez, nesse caso, o *significante desaparecidos* adquiriu um poderoso influxo, diferente do de qualquer outro paciente que tivesse finalizado sua análise ou que a tivesse interrompido por outro motivo.

Situação 3: Um paciente casado, com um filho de dezoito anos, descobre, durante a ditadura militar, que seu filho era guerrilheiro e que escondia armas em sua casa. Essa situação, de extrema gravidade, com riscos não só para o filho como também para toda a família, foi objeto de análise em numerosas sessões e, inclusive, de recomendações do analista sobre a segurança do paciente e de sua família, as quais o paciente não pôde cumprir. Nessa situação, foi especialmente difícil distinguir entre as poderosas ameaças externas e seu mundo interno fantasmaticamente persecutório. Isso coexistia com sua tendência ao desmentido e sua convicção de que nada iria acontecer. Esse contexto produziu ansiedades e temores no analista, já que estava automaticamente envolvido nessa situação de perigo. Provocou que o analista pedisse ao paciente que o apagasse de sua agenda



de endereços, contrariando as condições do setting para outras situações histórico-sociais correntes. Finalmente, o filho foi capturado e foi mais um *desaparecido*. O paciente foi invadido por uma angústia massiva e um profundo sentimento de culpa. Nesse caso, como em outros, houve zonas de passagem de um não-saber inicial com a angústia e o choque que o acompanharam, a uma alternância de momentos de desmentida e outros de certezas no destino final do desaparecido, até a difícil decisão de interromper as buscas. A família se exilou e o paciente viu-se levado, com o exílio, a uma ruptura violenta de sua identidade. O analista foi profundamente atingido por esse desenlace, e a isso acrescentou-se um forte sentimento de culpa por não ter podido evitar esse final.

As situações relatadas produziram um forte impacto nos analistas, que foram tratadas em suas análises pessoais muitos anos depois e que também geraram questionamentos sobre o setting e o processo analítico nessas condições, bem como sobre as relações mundo externo-mundo interno nas situações de violência social extrema sem proteção do Estado, já que esse era justamente o perseguidor. Foi colocada em evidência a dificuldade do trabalho analítico nessas condições. O mundo externo irrompeu com toda sua violência.

A problemática das culpas individuais e coletivas, bem como a elaboração dos lutos pelos *desaparecidos*, exige um trabalho com as representações possíveis. Estão em jogo, também, as identificações massivas e um necessário processo de desidentificação ou desconstrução das mesmas. O psiquismo se protege de verdades terríveis. A pergunta sobre o destino dessas pessoas tem respostas parciais e fragmentadas que se conectam com o radicalismo de uma ausência muito particular, pelo que as condições de sua inscrição psíquica são sempre problemáticas. *E aqui ganha importância o papel das construções, historicizações e narrativas geradas para acessar representações desmentidas ou proibidas ou ainda para contornar representações ausentes ou impossíveis. Ainda com seus próprios limites, isso é a condição para poder transcender a repetição monótona do mesmo.*

Memória e historicizações

Há muitos fatores de resistência ao trauma que influem na capacidade de processar um trabalho de luto e gerar saídas criativas. Certamente, o inconsciente sempre está em jogo, e a isso unem-se fatores inter e transobjetivos. A capacidade de recuperação depende de um entrecruzamento de variáveis: intensidade e qualidade do trauma, história infantil, tipo de relação de objeto, estruturação

narcisista do ego, o papel dos outros e a realidade, a possibilidade de inclusão em redes sociais, fortaleza egóica, fator pulsional, patologias prévias, perdas e lutos anteriores, capacidade de simbolização e, além disso, de gerar novas situações que excedem o conceito de luto. A isso une-se a carga transgeracional, por exemplo, em situações complexas como as dos sobreviventes do Holocausto, cujos filhos foram desaparecidos durante a ditadura argentina, com efeitos em gerações posteriores. O não-representado, o indizível e o silêncio caem sobre as gerações seguintes: desde inibições, sintomas neuróticos e super-adaptações até adições, condutas de risco, auto-agressões e outros fenômenos de violência. Está em jogo também o peso relativo das disposições anteriores versus situações sociais dotadas de grande poder traumático. Mas há um ponto inquestionável: não há possibilidades de recuperação sob um regime de terror. Deve haver uma habilitação social que o possibilite.

No caso dos desaparecidos, as hipóteses – e logo algumas certezas – foram sendo construídas com dados indiretos e testemunhos sempre fragmentários dos sobreviventes, bem como através dos julgamentos dos repressores, implementados ao término da ditadura e reativados na atualidade. Suas significações devem ser construídas com base em testemunhos que nunca chegam a cobrir a totalidade do acontecimento. Esses dados e hipóteses formam parte de uma construção historicizante (Castoriadis-Aulangnier, 1975) tanto em um nível simbólico quanto imaginário e fantasmático. E é uma construção que não pára de ser produzida. Em algumas das situações relatadas, foi essencial a aquisição de informação coletiva para construir dados particulares (Conadep, 1984). Por exemplo, os dados dos sobreviventes dos campos de concentração da ditadura, bem como os testemunhos escritos, permitiram construir narrativas possíveis sobre o destino de outros. Mas os dados não vêm *já dados*, também devem ser construídos através de uma inter-relação entre os dados da realidade, seu processamento e as fantasias em jogo. Trata-se de um processo de elaboração entre aqueles elementos que procedem de uma realidade histórica e as construções *pessoais* fantasmáticas para poder acessar significações simbólicas. Está em jogo a questão da realidade material. Roussillon (2006) sustenta que a historicização é memória da experiência, ainda que seja retificada pelo fantasma. Nesse sentido, a historicização é um processo complexo: não se trata de uma recopilação de dados nem de uma reprodução exata do acontecido. Tampouco é uma construção arbitrária. Trata-se de aproximações associativas que apontam para a construção de narrativas, além de verdades absolutas ou de delírios coletivos.

O caminho da historicização é uma alternativa à pura compulsão de repetição. Isso supõe um trabalho de apropriação subjetiva, um trabalho de criação



psíquica, de gerar diferenças. A historicização é história em singular, marcada pela subjetividade. Há, além disso, um fio condutor entre o papel da historicização, a memória e o esquecimento, como condição do trabalho de luto. Isto aponta para o estabelecimento ou restabelecimento de uma continuidade do ser, necessária para continuar vivendo, mesmo com suas inevitáveis fraturas. Há, nesse processo, continuidades e rupturas.

Por sua vez, isso se articula com um trabalho constante de desconstrução dos discursos já dados para poder acessar elementos do real possível. Nesse sentido, entendo que a problemática dos *desaparecidos* deve ser, por sua vez, construída e desconstruída.

Do *desaparecido* ficam lembranças, fotos, histórias compartilhadas, memórias e, logo, tumbas coletivas, restos ósseos, estudos genéticos. Quando começaram a aparecer os corpos, constatou-se que eram NN, siglas que indicam uma identidade desconhecida. Equipes de geneticistas trabalham até hoje na identificação dos restos através do DNA. Mas há um vazio sobreimpresso, que reduplica o vazio que toda morte ou separação gera. Dos *desaparecidos*, há um resto que é acontecimento real, sempre presente e atemporal. A pergunta se repete: como morreu? É o elo perdido no qual insistem os familiares. Por isso, em certo sentido, não pára de desaparecer. Mais ainda, reaparece em seu incessante desaparecimento, adquirindo um status de atemporalidade.

A memória avança sobre o vazio, assim como também as historicizações e construções. Há uma memória coletiva que é também sustentáculo da memória individual. No caso dos desaparecidos, só há memória indireta do que pode haver ocorrido na maioria dos casos. Os dados do mundo externo são insuficientes, mas também é insuficiente o trabalho exclusivo com o mundo interno. Há uma zona de intersecção na qual o trabalho analítico deve cavalgar sobre ambos. Está em jogo a questão do conhecimento. Definitivamente, trata-se do que se inscreve na linguagem e do que fica fora, o que não pode ser subjetivado.

Nesse ponto, podemos destacar que o esquecimento não se opõe à memória, e que somente se houver memória poderá haver esquecimento.

A imaginação criadora: entre o representável e o não-representável

Há dois caminhos: a repetição tanática do mesmo ou a produção de diferenças (Deleuze, 1995). *Nossa trajetória nos leva a repensar a polaridade representável – não-representável e sustentar que é necessário pensar em termos de um espaço psíquico intermediário, no qual é possível gerar representações*

novas que permitam ações novas com um efeito recursivo sobre o psiquismo.

Situação 4: Uma paciente relata, em sua análise, que, apesar dos anos passados, não consegue deixar de pensar em um amigo com o qual participava em tarefas de ajuda social, do qual não teve mais notícias e que foi *desaparecido* durante a ditadura. Era uma relação muito especial que ela esperava que se concretizasse em uma relação amorosa. As dúvidas sobre seu destino, as fantasias sobre seu final a rondavam. Nunca pôde saber mais, porque havia se exilado durante a ditadura e, quando voltou, nunca mais se reconectou com suas antigas relações para saber o que acontecera. Em sua clausura narcisista, cogitava, de forma intermitente, sobre o final de seu amigo, e tornava-se impossível um trabalho de luto. O tempo tinha ficado congelado e a análise parecia parada. Uma parte do trabalho analítico, que a posteriori revelou seus efeitos, consistiu em lhe sugerir que se conectasse com seus antigos companheiros para averiguar o destino de seu amigo. Isso implicou começar a mobilizar recursos psíquicos detidos e consistiu em um longo processo de reconexão com esses companheiros, os quais nunca mais tinha visto. Através desse processo, pôde saber mais detalhes sobre o final de seu amigo. Esses encontros levaram-na a organizar, por iniciativa própria, uma reunião recordatória com muitos dos que tinham compartilhado essa etapa, fato que lhe permitiu começar a transitar um processo de luto através de um ato novo para ela. Isso implicou uma mudança de posição subjetiva: do trabalho psíquico entre analista e paciente surgiu uma ação com efeitos recursivos sobre sua potencialidade elaborativa. Há, nesse caso, um processo de construção de algo novo, em um interjogo entre os processos de elaboração coletiva e os de elaboração subjetiva no trabalho analítico.

Nesse contexto, destacamos a especial relevância que ganham os processos de elaboração grupal e em redes como, por exemplo, as Mães da Praça de Maio, que se estruturaram como instituições simbólicas com uma forte presença visual a partir de seus lenços brancos e suas rondas pela Praça de Maio. Da mesma forma, as Avós da Praça de Maio organizaram um banco de dados genético, que continua funcional pelo menos até o ano de 2050, para poder assegurar que os jovens em busca de sua identidade tenham possibilidade de fazê-lo.

O roubo de bebês foi considerado uma experiência destinada a modelar essas crianças com a ideologia dos apropriadores e evitar que prosseguissem com as idéias de seus pais. Foi uma experiência deliberada, *em série*, para cortar a cadeia geracional e de filiação ao impedir sua devolução à família de origem. Em termos de Foucault (1979) e suas concepções sobre o biopoder, esteve voltada para a quebra do *continuum* biológico, após quebrar o sujeito sócio-político.

Do ponto de vista psicanalítico, a recuperação de netos seqüestrados implica



um trabalho com a identidade que não é nem a dos pais adotivos nem a dos pais biológicos. Há um complexo trabalho de criação de novas representações, de ressignificações, de aceitações e recusas com as dificuldades próprias de enfrentar uma dupla identidade. Isso requer gerar *um novo espaço psíquico* e novos reparos identificatórios. Implica atravessar desmentidos, silêncios, mentiras que afetam a identidade e o marco identificatório. É necessário um sustentáculo em redes institucionais e familiares para iniciar esse longo caminho. Justamente entre as manifestações coletivas, destacamos o Teatro da Identidade, que sustenta um trabalho de construção de identidade através de encenações teatrais. Nesses casos, foi gerado um modelo diferente, uma saída nova, estruturada coletivamente, que permitiu também criar alternativas no plano individual. As contribuições de Kaës (1989) permitem entender a importância do grupo e das instituições para os processos de elaboração e recuperação psíquica em situações de trauma social massivo. Puget (1991), Varvin (2003) e Volkan (2003) também se referiram à importância das elaborações coletivas e à dinâmica de grandes grupos.

Concluindo: Há uma trama complexa que sustenta a mobilização de recursos psíquicos novos individuais e coletivos para aceder a representações possíveis.

Gostaria de enfatizar, neste ponto, as contribuições de Castoriadis (1975, 1986) sobre as categorias do instituído e do instituinte. O trauma social massivo é desinstituinte e corta os laços sociais. A questão é como gerar as capacidades instituintes do laço social (reconhecimento do outro, responsabilidade, solidariedade). Em outras palavras, o instituinte faz alusão à mudança, movimento processo; o instituído é o já dado. O instituinte abala os alicerces do instituído, e esse é o caminho da imaginação criadora. Pensar em termos da imaginação criadora introduz, a meu ver, uma dimensão de esperança, de projeto vital, e implica investir no futuro.

Para refletir sobre a possibilidade de gerar diferenças frente à repetição do mesmo, é imprescindível incluir as contribuições de Winnicott (1959), que introduz a noção de espaço transicional na criança, que não é externo nem interno com relação ao psiquismo. Esse terceiro espaço permite, justamente, pensar em zonas de jogo, de criatividade, de *poiesis*, de produção do novo.

Essa zona intermediária é, a meu ver, uma zona de intersecção, de cruzamento, uma zona-limite. Trías (1991), a partir da filosofia, sustenta que o limite (*limes*) não é pensável em negativo senão como uma zona intermediária entre duas categorias, onde se entrecruzam as leis que regem a ambas, gerando, assim, uma organização diferente das originais e, nesse sentido, nova. Dessa maneira, poderemos pensar além das opções clássicas próprias da lógica binária e conceber um espaço intermediário entre o representável e o não-representável

(Deleuze; Parnet, 1977) – isso é, o dilema entre o já representado e o impossível de representar requer uma abertura onde o novo tenha espaço. Isso significa poder incluir outra lógica para pensar essas polaridades dicotômicas. Há um trabalho psíquico que tenta ultrapassar as fronteiras do real numa tentativa de ganhar representações do impossível. É um trabalho nos interstícios, nos deslocamentos, sobre aquilo que escapa permanentemente – um trabalho nestas zonas-limite que pode ser pensado em termos de devires (Deleuze; Guattari, 1980) e movimentos, de criar e investir mundos simbólicos alternativos. O devir aposta em sair do instituído e construir o instituinte. Ao mudar o limite do impossível, aceita-se que o impossível esteja em outro lugar. Mas, por sua vez, nessas zonas intermediárias, o avanço das representações em seu encontro com o não-representável permite o surgimento de algo novo. Requer um *novo ato psíquico* além das representações pré-existentes. Não elimina o não-representável, mas revela que não é irreduzível, não é um compartimento psíquico estanque. Essa seria uma condição para relançar as diferenças no ciclo das repetições e criar novos universos de significação, novas práticas.

Para terminar, nessas zonas intermediárias, há passagens e zonas de transição: do impacto traumático para a busca de representações; do vazio psíquico às narrativas, historicizações e construções; das construções às desconstruções; das identificações massivas às necessárias desidentificações; do presente atemporal à noção de futuro e a um registro de temporalidades possíveis; da submissão narcisista à imaginação criadora. São os múltiplos e complexos caminhos que contornam o significativo *desaparecidos*, cuja trajetória é imprescindível para pensar nas possibilidades de recuperação do trauma. □

Abstract

The disappeared: limits and expansions of the representation

This paper analyzes the psychic effects of state violence in Argentina (1976-1982), thirty-two years afterwards. My intention is to focus on a specific point: the disappearance of persons as a consequence of a systematic plan of extermination in order to generate massive terror. I center my reflections on the establishment and circulation of the linguistic signifier *the disappeared*. This signifier refers to: a) Terrifying and sinister events that configure an experience in which individuals are eliminated violently in a manner that rules out any possibility of finding out about their fate. b) Multiple significations: kidnappings, tortures, concentration camps, death flights. c) The confrontation with a void, in



the order of something that the psyche cannot represent, which renders the work of mourning almost impossible. For my analysis of these three co-existing levels, I have compared the problem of the representation to paradigmatic events such as the Shoah and have considered its pertinence to the subject of *the disappeared* in Argentina. In this frame, I discuss the question of the representation and the unrepresentable (or hardly to be represented). The aim is to bridge the gap between metapsychology and massive traumatic experiences. That is, to define the limits of representation and their possible expansion when the capacity for psychic inscription is overwhelmed. The clinical implications in reference to the eventual recovery of survivors are included as well as the traumatic effects over the analysts. Ultimately, it refers to what can be inscribed in language and what remains outside and cannot be subjectivized or symbolized.

Keywords: The disappeared. Representation. The unrepresentable. Massive trauma.

Resumen

Los desaparecidos: límites y expansiones de la representación

El objetivo de este trabajo es analizar los efectos psíquicos de la violencia de Estado en la Argentina (1976-1982), 32 años después. Mi intención es focalizar en un punto específico: la desaparición de personas como consecuencia de un plan sistemático de exterminio para generar el terror masivo. Para ello centro mis reflexiones en el establecimiento y circulación del significante lingüístico *desaparecidos*. Se trata de un significante que remite: a) A hechos terroríficos y siniestros que configuran una experiencia en la que los individuos son eliminados violentamente bajo una forma que anula cualquier posibilidad de conocer su destino. b) A múltiples significaciones (secuestros, torturas, campos de concentración, vuelos de la muerte). c) Pero también a la confrontación con un vacío, del orden de lo irrepresentable para el psiquismo, que imposibilita un trabajo de duelo. Para analizar estos tres niveles coexistentes he tomado la problemática de la representación en relación con hechos paradigmáticos como la Shoah y considerado su pertinencia para el tema de los *desaparecidos*. En este marco abordo la cuestión de la representación y de lo irrepresentable o difícilmente representable, con el objetivo de establecer puentes entre la metapsicología y las experiencias traumáticas masivas. Es decir, cuáles son los límites de la representación cuando las posibilidades de inscripción psíquica están excedidas

y cuáles serían sus expansiones posibles. Las implicancias clínicas referidas a las posibilidades de recuperación en los sobrevivientes son incluidas así como los efectos traumáticos en los propios analistas. En definitiva, qué es lo que puede inscribirse en el lenguaje y qué es lo que queda afuera y no se puede subjetivar.

Palabras llave: Los desaparecidos. Representación. Lo irrepresentable. Trauma masivo.

Referências

- AGAMBEN, G. (1999). *Lo que queda de Auschwitz*. Valencia: Pre-textos, 2005.
- AMÉRY, J. (2001). *Más allá de la culpa y la expiación*. Valencia: Pre-Textos, 2004.
- ARENDDT, H. (1963). *Eichmann en Jerusalén: un estudio sobre la banalidad del mal*. Barcelona: Lumen, 1999.
- BENSLAMA, F. (2006). La representación y lo imposible. *Revista de de la Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires*. v. 28, n. 2, p. 247-273.
- BETTELHEIM, B. (1943). Individual and mass behavior in extreme situations. *J. Abnorm, Soc. Psychology*. 38: 417-52.
- BRAUN, J.; PELENTO M. (1991). Las vicisitudes de la pulsión de saber en ciertos duelos especiales. In: PUGET, J.; KAES, R. *Violencia de estado y psicoanálisis*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, p. 79-91.
- CASTORIADIS, C. (1975). *La institución imaginaria de la sociedad*. Barcelona: Tusquets.
- . (1986). *El psicoanálisis, proyecto y elucidación*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1992.
- CASTORIADIS-AULAGNIER, P. (1975). *La violencia de la interpretación: del pictograma al enunciado*. Buenos Aires: Amorrortu, 1977.
- CONADEP. (1984). *Nunca más*. Buenos Aires: EUDEBA.
- DELEUZE, G. (1995). *Conversaciones*. Valencia: Pre-textos.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. (1977). *Diálogos*. Valencia: Pre-Textos, 1980.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1980): *Mil mesetas*. Valencia: Pre-Textos, 1994.
- FREUD, S. (1915). Trabajos de metapsicología. In: *Obras completas*. v. 14. Buenos Aires: Amorrortu, 1976, p. 99-134.
- FOUCAULT, M. (1979). *Microfísica del poder*. Madrid: De la Piqueta.
- GREEN, A. (2000). *El tiempo fragmentado*. Buenos Aires, Amorrortu.
- HASSOUN, J. (1998). *El exilio de la memoria*. Buenos Aires: Xavier Bóveda.
- KAËS, R. (1989). Realidad psíquica y sufrimiento en las instituciones. In: KAËS, R. et. al. (comp.). *La institución y las instituciones*. Buenos Aires: Paidós, p. 15-67.
- LEVI, P. (1958). *Trilogía de Auschwitz*. Barcelona: Océano, 2005.
- NANCY, J-L. (2003). La representación prohibida. *Confines*. v. 12, p. 129-144.
- PUGET, J.; KAËS, R. (1991). *Violencia de estado y psicoanálisis*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- ROUSSILLON, R. (2006). Historicidad y memoria subjetiva: la tercera huella. In: GLOCER FIORINI, L. (Comp.) *Tiempo, historia y estructura*. Buenos Aires: Lugar; APA, p. 203-221.
- SCHMUCLER, H. (1996). Ni siquiera un rostro donde la muerte hubiera podido estampar su sello. *Confines*. v. 3, p. 9-12.



Os desaparecidos: limites e expansões da representação

- SEMPRÚN, J. (1995). *La escritura o la vida*. Buenos Aires: Tusquets, 2004.
- TRÍAS, E. (1991). *Lógica del límite*. Barcelona: Destino.
- VARVIN, S. (2003). Terrorism and victimization: individual and large- group dynamics. In: VARVIN, S.; VOLKAN, V. (Ed.). *Violence or dialogue*. London: The International Psychoanalytical Association, p. 53-72.
- VENEZIA, S. (2007). *Sonderkommando: dans l'enfer des chambres à gaz*. Paris: Albin Michel.
- VOLKAN, V. (2003). Traumatized societies. In: VARVIN, S.; VOLKAN, V. (Ed.). *Violence or dialogue*. London: The International Psychoanalytical Association, p. 217-236.
- WINNICOTT, D. (1959). El destino del objeto transicional. In: _____. *Exploraciones psicoanalíticas*. Buenos Aires: Paidós, 1991.

Recebido em 5/3/2008

Aceito em 12/3/2008

Tradução de **Ana Rachel Salgado**

Revisão técnica de **Regina Orgler Sordi**

Leticia Glocer Fiorini

Crámer 1635, 9º "C"

C1426APA – Buenos Aires – Argentina

e-mail: lglocerf@intramed.net.ar

© Leticia Glocer Fiorini

Versão em português Revista de Psicanálise – SPPA